



ESTADO DO CEARÁ – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - **RETIFICADO**
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.251.305,57	96.811.096,70	96.033.359,44	96.268.230,76	96.207.187,54	100.037.628,32	135.870.828,00	97.639.332,99	96.878.631,70	98.118.197,88	96.878.429,69	173.646.734,34	
Pessoal Ativo	68.121.286,28	84.708.852,69	83.910.810,94	84.087.759,00	83.998.116,86	87.745.635,29	117.365.040,61	84.821.740,51	84.004.423,05	84.926.799,81	83.665.516,91	153.943.766,96	1.101.299.748,91	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	68.121.286,28	68.978.923,58	68.124.931,11	68.304.434,20	68.255.024,31	72.014.909,23	101.631.390,76	69.177.908,63	68.355.037,20	69.355.252,62	67.979.719,72	107.131.053,81	897.429.871,45	
Obrigações Patronais		15.729.929,11	15.785.879,83	15.783.324,80	15.743.092,55	15.730.726,06	15.733.649,85	15.643.831,88	15.649.385,85	15.571.547,19	15.685.797,19	46.812.713,15	203.869.877,46	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.130.019,29	12.102.244,01	12.122.548,50	12.180.471,76	12.209.070,68	12.291.993,03	18.505.787,39	12.817.592,48	12.874.208,65	13.191.398,07	13.212.912,78	19.702.967,38	163.341.214,02	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	12.130.019,29	12.102.244,01	12.122.548,50	12.180.471,76	12.209.070,68	12.291.993,03	18.505.787,39	12.817.592,48	12.874.208,65	13.191.398,07	13.212.912,78	19.702.967,38	163.341.214,02	
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	12.493.167,85	12.683.566,43	12.520.445,27	12.425.575,58	12.496.061,73	12.820.893,04	18.624.816,60	13.075.906,91	13.052.198,26	13.600.650,41	13.573.780,72	20.274.931,62	167.641.994,42	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	475.778,25	686.729,32	498.595,69	348.721,61	386.742,42	648.242,19	227.678,90	362.907,94	276.614,44	503.506,75	443.873,05	654.969,35	5.514.359,91	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.017.389,60	11.996.837,11	12.021.849,58	12.076.853,97	12.109.319,31	12.172.650,85	18.397.137,70	12.712.998,97	12.775.583,82	13.097.143,66	13.129.907,67	19.619.962,27	162.127.634,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	67.758.137,72	84.127.530,27	83.512.914,17	83.842.655,18	83.711.125,81	87.216.735,28	117.246.011,40	84.563.426,08	83.826.433,44	84.517.547,47	83.304.648,97	153.371.802,72	1.096.998.968,51	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR												% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	20.882.025.052,84												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	11.783.329,94												-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.870.241.722,90												-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	1.096.998.968,51												5,26	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.252.214.503,37												6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.189.603.778,20												5,70	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.126.993.053,03												5,40	

FONTE: Sistema S2GPR, Gerência de Contabilidade e Controle – TJCE

23/2/21 14:04

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Nota 1: Excluído o Abono de Permanência previsto na EC Nº 41/2003 (CF/88) conforme Resolução Nº 2.582/2009 de 01/12/2009 do TCE/CE;

Nota 2: Excluída a despesa com “Pensionistas” conforme Resolução Nº 2.230/2010 do TCE/CE;

Nota 3: Excluído o valor referente ao seguinte elemento de despesa 31909200001- Aposentadorias, reserva remunerada e reformas – civil: R\$ 1.213.579,51 das despesas de exercícios anteriores, do Pessoal Ativo e computado em Pessoal Inativo;

NOTA 4: Este Demonstrativo foi corrigido os dados do mês de julho após análise do Tribunal de Contas do Estado, conforme Processo nº 01884/2020-6.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 23 de fevereiro de 2021.

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
 Secretário de Finanças

Rômulo Pinheiro Ribeiro
 Auditor-Chefe

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
 Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - RETIFICADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) f = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) h = (f – g)
		Restos a pagar liquidados e não Pagos		Restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De exercícios anteriores (b)	Do exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	585.171.793,29	452.181,37	90.298,17	1.098.758,01	531.117.193,30	52.413.362,44	15.111.896,84	0,00	37.301.465,60
Recursos Ordinários	106.758.718,32	452.181,37	72.599,25	702.141,23	106.868.394,00	-1.336.597,53	4.118.605,21	0,00	-5.455.202,74
TJCE fonte 1.00.00 – TESOURO	105.897.788,79	185.212,53	72.599,25	99.865,82	106.836.944,18	-1.296.832,99	3.257.675,68	0,00	-4.554.508,67
TJCE fonte 1.01.00 - FPE	860.929,53	266.968,84	0,00	602.275,41	31.449,82	-39.764,54	860.929,53	0,00	-900.694,07
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	478.413.074,97	0,00	17.698,92	396.616,78	424.248.799,30	53.749.959,97	10.993.291,63	0,00	42.756.668,34
TJCE fonte 2.14.00 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	422.978.271,73	0,00	0,00	0,00	422.978.271,73	0,00	0,00	0,00	0,00
FERMOJU Fonte 2.15.00 – Depósitos judiciais – PIMPJ	97.088,74	0,00	0,00	66.467,37	0,00	30.621,37	265,02	0,00	30.356,35
FERMOJU Fonte 2.29.00 – Venda de Selos de Autenticidade	3.098.923,71	0,00	6.473,72	1.983,07	0,00	3.090.466,92	235.687,26	0,00	2.854.779,66
FERMOJU Fonte 2.70.00 – Recursos Diretamente Arrecadados	52.238.790,79		11.225,20	328.166,34	1.270.527,57	50.628.871,68	10.757.339,35	0,00	39.871.532,33
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	40.944.596,01	0,00	0,00	526.304,43	0,00	40.418.291,58	7.236.772,52	0,00	33.181.519,06
FUNSEG Fonte 2.70.00 - Recursos diretamente arrecadados	22.824.144,62		0,00	526.304,43	0,00	22.297.840,19	7.236.772,52	0,00	15.061.067,67
FECDJ Fonte 2.70.00 - Recursos diretamente arrecadados	552.418,56	0,00	0,00	0,00	0,00	552.418,56	0,00	0,00	552.418,56
FECDJ Fonte 2.70.00 - Recursos de arrecadação a receber	7.465,12	0,00	0,00	0,00	0,00	7.465,12	0,00	0,00	7.465,12
FERMOJU Fonte 2.29.00 – Venda de Selos de Autenticidade	17.560.567,71	0,00	0,00	0,00	0,00	17.560.567,71	0,00	0,00	17.560.567,71
TOTAL (III) = I + II	626.116.389,30	452.181,37	90.298,17	1.625.062,44	531.117.193,30	92.831.654,02	22.348.669,36	0,00	70.482.984,66

Fonte: Sistema: S2GPR, Unidade Responsável: Secretaria de Finanças TJCE 23/2/21 12:39

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

NOTA 1: Os Recursos das fontes 1.00.00 e 1.01.00 (TESOURO), ficam depositados na Conta Única do Tesouro Estadual sendo liberados no momento do pagamento;

NOTA 2: Os recursos de depósitos judiciais no montante de R\$ 422.978.271,73, referem-se a 30% do valor do Fundo de Reserva sob a guarda do Tribunal de Justiça que pertencem a terceiros;

NOTA 3: O valor dos Restos a Pagar das consignações de 2019 no valor de R\$ 277.974,89 está computado na Coluna (e) "Demais Obrigações Financeiras".

NOTA 4: Este Demonstrativo foi corrigido os dados das colunas "b" e "d" após análise do Tribunal de Contas do Estado, conforme Processo nº 01884/2020-6.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 23 de fevereiro 2021.

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretário de finanças

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará